

A PANDEMIA COMO EVENTO NO CONTROLE DOS CORPOS¹

Heloísa Lopes Silva de Andrade²

Resumo

Objetiva-se analisar algumas interpretações filosóficas dedicadas à pandemia, para pensar a Covid-19 como o incremento do controle e do disciplinamento dos corpos. É concebida como um evento no sentido de fundar experiências sociais em que se atualiza o tempo histórico capitalista. O percurso teórico-metodológico tece aproximações com o campo filosófico de modo a pensar como os esquemas conceituais suscitam a leitura da experiência social pandêmica. Como resultado, expõe-se como esse evento pandêmico colocou em evidência o discurso do Estado-nação, identificando-se como opera a vigilância digital sob a égide da governamentalidade algorítmica no controle dos corpos.

Palavras-chave: Pandemia; Covid-19; Governamentalidade algorítmica; Controle dos Corpos.

THE PANDEMIC AS AN EVENT IN THE CONTROL OF BODIES

Abstract

The objective of this article is to analyze some philosophical interpretations dedicated to the pandemic and to think of the Covid-19 pandemic as an increase in the control and discipline of bodies. The pandemic is conceived as an event in the sense of founding social experiences in which it updates capitalist historical times. The theoretical-methodological path wove approximations with the philosophical field to underline referenced notes to think about how the conceptual schemes raise us to read the pandemic social experience. As a result, the text shows how the pandemic event of Covid-19 highlighted the discourse of the nation-state, identifying how digital surveillance operates under the aegis of algorithmic governmentality in the control of bodies.

Keywords: Pandemic; Covid-19; Algorithmic governmentality; Control of Bodies.

LA PANDEMIA COMO EVENTO EN EL CONTROL DE CUERPOS

Resumen

Este artículo objetiva analizar algunas interpretaciones filosóficas dedicadas a la pandemia, para pensar el Covid-19 como un aumento del control y disciplina de los cuerpos. La pandemia es abordada como un evento en el sentido de fundar experiencias sociales en las que se actualiza el tiempo histórico capitalista. El recorrido teórico-metodológico teje aproximaciones con el campo filosófico a fin de subrayar apuntes referenciados para pensar cómo los esquemas conceptuales nos plantean leer la experiencia social de la pandemia. Como resultado, se muestra cómo el evento pandémico del Covid-19 resaltó el discurso del Estado-nación, identificándose cómo opera la vigilancia digital bajo la égide de la gubernamentalidad algorítmica en el control de los cuerpos.

Palabras clave: Pandemia; COVID-19; Gubernamentalidad algorítmica; Control de Cuerpos.

¹ Artigo recebido em 13/02/2023. Aprovado em 20/05/2023. Publicado em 06/07/2023.

² Doutora (2021) em Educação, Conhecimento e Inclusão Social, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia, departamento de Educação, Curso de Pedagogia. E-mail: helouniversidade@gmail.com

1 Introdução

A palavra pandemia tem sua origem no grego *pandemias*. Significa “todo o povo”. É também representada pela função dos elementos gregos: *pan* (todo, tudo) e *demos* (povo). A pandemia é uma criação política de gerenciamento para organizar formas de como lidar com todas as intempéries, que seriam ocasionadas por conta de alguma infecção/contágio que se espalha muito rapidamente pelo corpo e tem grande extensão em sua atuação. A pandemia não é doença, mas uma forma de definição política, como decretado pela Organização Mundial de Saúde³(OMS), em março de 2020, em virtude da propagação do contágio da Covid-19. Portanto a decretação da pandemia da Covid-19 pela OMS foi uma ordem política para que os nossos corpos fossem submetidos a uma obediência, a fim de evitar o contato físico, sob o argumento da preservação da saúde coletiva.

Neste artigo, concebo a pandemia como um evento observável em um local e durante um tempo específico. Sendo assim, pensar a pandemia da Covid-19 como um evento significa entender que “os eventos são eclosões inesperadas de tempo capazes de fundar novas narrativas e vivências sociais, atualizando os tempos em potência que dormem na linearidade do tempo histórico capitalista” (MATOS; COLLADO, 2020, p.44). O evento pandêmico da Covid-19, provocado pelo novo coronavírus (SARS-COV.2), colocou em evidência o discurso do Estado-nação e de uma geopolítica definida por nações. Com isso, “devolveu o sentido às fronteiras, que aparentemente haviam sido borradas pelo capitalismo global e pela mobilidade crescente pelas trocas culturais e comerciais” (HUK, 2020, p.194) na segunda década do século XXI.

Em poucas semanas de experimentação do tempo pandêmico da Covid-19, pude acompanhar como os novos vocábulos, colocados em circulação pela autoridade médica sanitária e difundidos por todos os meios de comunicação, foram sendo incorporados às conversações cotidianas: “distanciamento social”, depois “distanciamento físico”, “gel hidroalcolico”, além de máscaras e serviços essenciais. A atividade “remota” ganhou notoriedade para qualificar reuniões que aconteciam através das plataformas tecnológicas das grandes corporações digitais, produzindo, com isso, a nova disciplina corporal em frente às telas.

Segundo o *Portal G1*, o dicionário inglês Collins estabeleceu que o vocábulo inglês *lockdown* foi a palavra eleita do ano 2020, traduzido como forma mais restrita para a ideia de

³ Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde decreta o estado de pandemia no mundo devido à elevação do número de propagação de contágio do novo corona vírus devido ao Covid-1 (ORGANIZAÇÃO... Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/oms-decreta-pandemia-do-novo-coronavirus-saiba-o-que-isso-significa/>. Acesso em: 15 ago. 2020).

“confinamento”. Etimologicamente, o confinamento é uma questão de limite de fronteiras. Sendo assim, o desafio posto ao corpo foi “habitar o tempo do confinamento: organizar o uso do tempo. [...] Confeccionar uma ordem do tempo, cada um por sua própria conta, sem que ele seja desconectado demais, se possível com um tempo coletivo” (HARTOG, 2021, p.13). Acrescentaria que “habitar o tempo do confinamento e confeccionar uma ordem do tempo”, conforme imposto pela pandemia da Covid-19, não está dissociado da problematização da desigualdade de distribuição dos riscos pandêmicos entre aqueles que se isolaram e os que foram obrigados a continuar trabalhando, entre aqueles que tinham e têm seus salários garantidos e aqueles que não possuem condições sanitárias mínimas de proteção, que nem sequer têm acesso a serviços médicos básicos ou água potável para sua higiene pessoal, assim como aqueles que estavam em condições de insegurança alimentar.

No Brasil, o dito popular “todos estamos no mesmo barco” mostrava a estreita lente que projeta a miopia social de modo a desconsiderar o padrão histórico desigual de milhões de seres humanos que não estavam confinados em suas casas nem faziam ideia do que é uma rede social, estando submetidos a controles clássicos do tipo colonial, industrial ou “necropolítico” (MBEMBE, 2018), intensificados na pandemia da Covid-19. Diante dessa distinção de quem pode ou não manter o isolamento físico, tem-se um ponto de enfrentamento comum: “somos confrontados com um vírus que atravessa rapidamente fronteiras, alheio à própria ideia de território nacional” (BUTLER, 2020, p.60). Com tudo isso, o que parecia impossível e inimaginável aconteceu: as escolas fecharam, e a vida cotidiana escolar voou pelos ares.

O objetivo deste artigo consiste em analisar algumas interpretações filosóficas dedicadas à pandemia da Covid-19, para pensá-la como o incremento do controle e do disciplinamento dos corpos para o uso das tecnologias digitais. Sendo assim, este trabalho parte do argumento de que o evento pandêmico da Covid-19, manteve não só o escopo das formas “soberanas” de controle dos corpos, como fez emergir o sujeito da “governamentalidade algorítmica” através do monitoramento capturado pelas câmeras e da vigilância das trajetórias digitais. O percurso teórico-metodológico se constituiu em compor aproximações com algumas análises filosóficas de modo a sublinhar notas referenciadas para pensar como os esquemas conceituais entre dois modelos suscitam a leitura do “real” social da experiência pandêmica do coronavírus. É o que tento mostrar a seguir.

2 Estratégias de Combate ao Coronavírus

Em março de 2020, o filósofo coreano Byung-Chul Han publicou, no *El Pais Brasil*, o artigo intitulado “O coronavírus de hoje e o mundo de amanhã”, em que analisa como alguns países europeus e a Ásia estavam conformando suas estratégias de combate à pandemia. Neste tópico, sigo a trilha de Byung-Chul Han e organizo a análise em duas perspectivas: (1) o “modelo soberano europeu”; e (2) o “modelo algoritmo asiático”. Na primeira, procuro alargar o entendimento a partir dos estudos de Michel Foucault (2005; 2008; 2014) e, na segunda, busco estabelecer a interlocução com a filósofa Antoinette Rouvroy e Thomas Bernes (2020).

2.1 A Forma do “Modelo Soberano Europeu”

Han (2020) mostra que as estratégias para controlar a pandemia e conter a Covid-19 na Europa foram gerenciadas sob a égide da expressão *soberania*. Operar sob a égide da noção de soberania significa dizer que “o soberano é quem decide sobre o estado de exceção. É soberano que fecha fronteiras” (HAN, 2020), por meio das normas e decisões elaboradas pelo Estado. As fronteiras foram criadas dentro das próprias cidades, impedindo que ninguém poderia caminhar livremente, e os cidadãos deveriam permanecer isolados. Para o filósofo, seria mais útil cooperar intensamente dentro da Eurozona do que fechar fronteiras. Em confluência com as ideias de Han (2020), o filósofo Yui Huk (2020, p.196) ressalta:

A Itália foi um dos primeiros países a impor uma proibição de viajar à China; já no fim de janeiro [de 2020], o Conservatório de Santa Cecilia, em Roma, suspendeu a frequência de estudantes ‘orientais’ nas aulas – mesmo daqueles estudantes que nunca haviam estado na China. Esses atos-que podemos chamar de imunológicos são conduzidos pelo medo, mas, fundamentalmente, pela ignorância.

As análises de Han (2020) e de Yui Huk (2020) nos remetem aos estudos do filósofo francês Michel Foucault, que analisa as formas de controle das epidemias, explicitando como a forma de isolamento foi sendo instituída sobre o corpo acometido de moléstia. Na obra *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*, Foucault (2014) mostra que o controle da lepra foi instituído quando o indivíduo acometido pela lepra era aquele sujeito diagnosticado como doente capaz de contagiar os outros. Afirma que “a lepra suscitou o modelo de exclusão” (FOUCAULT, 2014, p.192) do leproso. O modelo de exclusão é um procedimento medieval marcado em sua base pela conformação do poder que se exerce sobre um território que fixa uma explícita fronteira, isto é, “o leproso é visto dentro de uma prática de rejeição, do exílio-cerca; deixa-se que se perca lá dentro como uma massa que não tem muita importância diferenciar”

(FOUCAULT, 2014, p192). Os leprosos só poderiam circular fora dos domínios da cidade. Sendo assim, a exclusão do leproso se configurava pelo banimento, constituindo uma massa de excluídos, através de uma série de práticas de rejeição e separação. O modelo da lepra marca explicitamente a criação de um espaço exterior e todo um conjunto de medidas que são tomadas para a proteção das cidades, como a fortificação de murros, uma lógica, assumidamente, de segregação.

Santos (2020) ressalta que a técnica medieval de diagnóstico e identificação da lepra seguiu alguns procedimentos. Ele afirma que “geralmente alguém que era diagnosticado como leproso passou por um sacerdote [e] por um médico. [...] Somente depois desta análise era feito o diagnóstico, emitindo um decreto que o declara saudável ou acometido por lepra” (SANTOS, 2020, p.3). Com essa estratégia medieval de instituir um decreto, impunha-se ao leproso uma série de proibições extremamente severas.

A pessoa diagnosticada como leproso “deveria passar por uma série de ritos religiosos que eram uma mescla de despedida, reconforto e súplica. Na sequência, ele era levado até os limites da cidade onde lhe eram recitados uma série de proibições e regras” (SANTOS, 2020, p.3). Prossegue o autor, as proibições e regras são: “o impedimento de circular pela cidade, o dever de usar roupas de leprosos, o impedimento de confraternizar com outras pessoas a não ser que também sejam leprosos”, somando-se, a isso, o ato da entrega do “enxoval identificatório” ao indivíduo leproso (SANTOS, 2020, p.3). O enxoval identificatório, geralmente, era “um capuz marrom ou cinza, sapatos de couro, um par de sinetas ou matracas para avisar as pessoas das proximidades, um copo, uma bengala, um par de lençóis, uma faca pequena e um prato” (SANTOS, 2020, p.3-4). Tudo isso marcava o indivíduo de modo cruel, pois era reconhecido facilmente pelo vestuário que lhe era imposto. São “modelos” das ações de separação, segregação e banimento do indivíduo acometido pela lepra. A esse indivíduo restava apenas caminhar sozinho em campo aberto, em pleno desamparo, fixando morada longe das pessoas não contaminadas. Em suma, o controle da lepra é analisado e nomeado por Foucault como o “sonho político de uma comunidade pura” (FOUCAULT, 2014, p.193).

No final do século XVII, quando as cidades europeias declaravam uma epidemia de peste, adotava-se um conjunto de medidas administrativas. Isto é, instituíam-se o regime de “policiamento espacial estrito: fechamento da cidade e da terra [...] divisão da cidade em quarteirões diversos onde se estabelece o poder de um intendente” (FOUCAULT, 2014, p.190). A partir daí, estabelecia-se uma escala hierárquica de vigilância do seguinte modo: “no dia designado, ordena-se a todos que se fechem em suas casas: proibido de sair sob pena de morte.

O próprio síndico vem fechar, por fora, a porta de cada casa; leva a chave, que entrega ao intendente de quarteirão” (FOUCAULT, 2014, p.190). As chaves recolhidas ficavam com o intendente até o fim da quarentena. Para que a operação funcionasse, era elaborado um complexo sistema de fornecimento de provisões de alimentação. Para se sair de casa, somente em condições de emergência, evitando-se qualquer encontro mediante inspeção constante. Abria-se exceção para a liberdade de circulação apenas para os intendentes, os síndicos e os soltados da guarda.

No cenário da epidemia da peste, a cidade torna-se um “espaço recortado, imóvel, fixado. Cada qual se prende a seu ofício” (FOUCAULT, 2014, p.190). O mecanismo de inspeção era um processo contínuo nos espaços mapeados e esquadrihados. Todo evento fora do escopo fixado, todo comportamento desviante e toda desobediência eram anotados para relato aos síndicos e aos intendentes. Aos moradores também cabia a tarefa de fiscalizar seus vigilantes e relatar suas queixas, caso não executassem suas atividades corretamente. Era a partir dessa operação diária que o síndico efetivava a sua função e, com isso, “descobrirá facilmente [onde] se escondem mortos e doentes. Cada um trancado em sua gaiola, cada um à sua janela, respondendo a seu nome e se mostrando quando é perguntado, é a grande revista dos mortos vivos” (FOUCAULT, 2014, p.191). Todo esse conjunto de medidas de vigilância implantadas para manter o funcionamento da quarentena contra a epidemia da peste se apoia num sistema de registros permanentes transformados em relatórios entregues a um superior hierárquico, isto é, ao prefeito da cidade.

Então, qual é o modelo que decorre dessa forma de gerenciamento na quarentena da epidemia da peste? A partir da análise de Foucault, vê-se que o modelo de gerenciamento da peste é o modelo de inclusão do pestilento, pois, ao contrário do leproso que era excluído, o pestilento permanece na cidade. Na perspectiva de Foucault (2014, p.193), a cidade assolada pela peste é inteiramente atravessada “pela hierarquia, pela vigilância, pelo olhar, pela documentação, a cidade imobilizada no funcionamento de um poder extensivo que age de maneira diversa sobre todos os corpos individuais”. Em sua análise, ele mostra que o modelo de gerir a peste constituía naquele contexto “a utopia da cidade perfeitamente governada” (FOUCAULT, 2014, p.193).

Nesse sentido, Santos (2020) considera que a cidade perfeitamente governada foi um procedimento moderno, administrativo e policial, não é uma ação baseada numa grande divisão, quem está dentro e quem está fora. Ao contrário disso, ela é organizada na lógica da inclusão controlada do pestilento, mas, ao mesmo tempo, “infectados e não infectados muitas vezes

coabitam a mesma residência de modo que era difícil impedir a proliferação da doença” (SANTOS, 2020, p.3). É um poder que não se exerce mais na noção de território, mas um poder que se exerce sobre os corpos dos indivíduos. O que prevalece não é a opacidade do grande muro medieval, mas a transparência individual esquadrinhada nos registros. Foucault identifica, em sua análise, o seguinte:

[...] o sonho político da peste [é] algo que entrelaça o regulamento [...] nos mais finos detalhes da existência e por meio de uma hierarquia complexa que realiza o funcionamento capilar do poder. [...] A peste como forma real [...] tem a disciplina como correlato médico e político. (FOUCAULT, 2014, p.192).

Sendo assim, o sonho político da peste foi amplamente experimentado a partir do gerenciamento da quarentena da epidemia da peste como modelo disciplinar de uma sociedade bem treinada, como mostra o pensamento foucaultiano.

Na obra *Segurança, território e população*, Foucault (2008) analisa como foi instituído o combate à varíola, que, para ele, não se tratava mais de operar pelo modelo da exclusão do leproso nem pela inclusão disciplinar do pestilento. O que emergiu, no final do século XVIII e início do século XIX, no combate à varíola foi a gestão da epidemia com a vacinação.

No século XVIII a varíola era a doença mais endêmica-epidêmica de todas que se conhecia na época, pois toda criança que nascia tinha duas chances em três de pegar varíola. A taxa de mortalidade devida à varíola era [...] elevadíssima. De maneira geral e para toda população, a taxa de mortalidade devido à varíola era de 1 para 7,782, quase 8. Logo, fenômeno amplamente endêmico, de mortalidade elevadíssima. [...] era um fenômeno que também apresentava a característica de ter surtos epidêmicos muito fortes e intensos. (FOUCAULT, 2008, p.76).

Em sua análise, Foucault (2008) considera que o controle da varíola constituiu um modelo exemplar para entendermos o uso das técnicas no enfrentamento das epidemias. Ele afirma que, em “1720, com a chamada inoculação, e a partir de 1800 com a vacinação, tem-se à disposição técnicas que se apresentam [...] absolutamente insólitas nas práticas médicas da época” (FOUCAULT, 2008, p.76). O autor destaca quatro elementos no uso dessas técnicas: (1) “absolutamente preventivas”; (2) “apresentarem um caráter de certeza, de sucesso quase total”; (3) “poderem [...] sem dificuldades materiais ou econômicas ser generalizáveis à população inteira”; e (4) “serem completamente estranhas a toda e qualquer teoria médica” (FOUCAULT, 2008, p.76-77) na época. E prossegue o filósofo: “era puro dado de fato, estava-

se no empirismo mais despojado, [...] até que a medicina, em meados do século XIX, com Pasteur, possa dar uma explicação racional do fenômeno” (FOUCAULT, 2008, p.77). Alega ainda que essas técnicas eram puramente empíricas, e tanto a inoculação quanto a vacinação tornaram-se técnicas absolutamente importantes “na teoria médica, generalizáveis, seguras, preventivas e tornaram possível [sua] inscrição nas práticas reais de população e de governo da Europa Ocidental” (FOUCAULT, 2008, p.77).

Então, qual é o desenho da estratégia de atuação do modelo da varíola? O procedimento técnico utilizado é o plano de se fixar uma média, considerada ótima e aceitável para o fenômeno da varíola. Com “a morbidade ou mortalidade dita normal, considerada normal, vai se tentar chegar a uma análise mais fina, que permitirá de certo modo desmembrar as diferentes normalidades umas em relação às outras” (FOUCAULT, 2008, p.82). Para o filósofo, trata-se de estratégia técnica através do seguinte modo: “vai-se ter a distribuição ‘normal’ dos casos de afecção por varíola ou por morte devida a varíola em cada idade, em cada região, em cada cidade, nos diferentes bairros da cidade, conforme diferentes profissões das pessoas” (FOUCAULT, 2008, p.82). Isso significa que vai se agir no sentido de modular as curvas, as evoluções da contaminação. Então, a estratégia foi produzir um desenho que desse conta de mostrar como “ter a curva normal, global, as diferentes curvas consideradas normais, e a técnica vai consistir em procurar reduzir as normalidades mais desfavoráveis, mais desviantes em relação à curva normal geral” (FOUCAULT, 2008, p.82).

Foi a partir desse modelo que se “descobriu que a varíola afetava muito mais depressa, muito mais facilmente, com muito mais força e uma taxa de morbidade muito mais alta as crianças abaixo de três anos” (FOUCAULT, 2008, p.82). Diante da produção de dados e evidência estatística, o problema que se colocou na época era procurar formas de reduzir a morbidade e a mortalidade infantil.

O que Foucault (2008) nos mostra em sua análise é que, no âmago da operação da técnica de combate à varíola que efetuou o mecanismo do dispositivo de segurança, os dispositivos que foram mobilizados foram os securitários, que funcionam por meio dos levantamentos estatísticos. Era um modo de operar assertivo, no sentido de que era preciso saber o número de contaminados, quantos mortos, qual a idade das pessoas que morreram, qual a probabilidade de atingir pessoa de determinada idade, sexo, quais as doenças anteriores, qual o risco de sequelas, enfim, qual a probabilidade de fazer uma série de levantamentos para efetuar o cálculo de risco. Outros vocábulos foram incorporados ao meio médico sanitário como “caso, risco, perigo, crise” (FOUCAULT, 2008, p.81), noções novas no cotidiano médico que buscava

atuar para controlar a aceleração do contágio e achatar as curvas. Aí vêm todos aqueles modelos epidemiológicos de achatar curvas do desenvolvimento de doenças, de como controlar a doença e as curvas. Tudo isso emergiu como modos de gestão populacional. Desse modo, o controle político da varíola, conforme as análises de Foucault, foi um modelo de gestão populacional para produzir a sociedade segura, com os riscos controlados, eficientes.

Em suma, sintetizo que se pode compreender a passagem pelo estudo foucaultiano observando como as três formas de controle das epidemias se constituíram. Inicialmente, uma destinada à lepra e outra adaptada à peste levavam em consideração o caráter diferencial (exclusivo ou inclusivo) do controle dessas moléstias. No que diz respeito à lepra, as pessoas infectadas eram abandonadas e expulsas da comunidade, um gesto explicitamente “necropolítico”. Na vigência da peste, a estratégia é diferente, optando-se por técnicas de disciplinamento individual e de controle populacional que permanecem plenamente em vigor. E, quanto à forma de operar o controle da varíola, formalizou-se o percurso da governamentalidade liberal em constante operação a fim de manter os riscos controlados e eficientes para o controle da população.

Cabe retornar ao artigo do filósofo coreano Byung-Chul Han (2020) para dizer que o modelo europeu incorporou os dispositivos tanto do controle da lepra quanto da peste, os quais, como lembra Foucault, não são incompatíveis: ao mesmo tempo que fecham as fronteiras e cidades, os Estados europeus exigem que seus cidadãos se cuidem, se inspecionem dia a dia, lavem as mãos a cada momento e mantenham atenta vigilância uns em relação aos outros.

Em concordância com Han (2020), ressalto que o modelo de abandono à morte, próprio da lepra, foi operacionalizado em solo europeu, dado que muitos dos infectados pela Covid-19 foram simplesmente esquecidos em suas casas, sem qualquer assistência médica e até funerária, pois os hospitais e centros de saúde devido à superlotação na época, forçaram os médicos a escolher quem iria viver ou morrer, tal como se viu de modo dramático na Itália. Dito de outro modo, “o direito de fazer morrer ou deixar viver introduz uma dissimetria flagrante” (FOUCAULT, 2005, p.287).

2.2 A Forma do “Modelo Algoritmo Asiático”

Cabe lembrar que a primeira aparição do surto do coronavírus aconteceu na China, em meados de novembro de 2019, com a emissão de um alerta oficial em janeiro e seguido do *lockdown* de Wuhan em 23 de janeiro de 2020, que levou ao fechamento imediato das fronteiras internacionais aos chineses. Segundo o filósofo Yui Huk (2020), na época, estava em curso a

discursividade sobre a origem do coronavírus. A materialidade dessa discursividade pode ser conferida no jornal alemão *Der Spiegel*, de 31 de janeiro de 2020, quando publicou uma matéria intitulada, “Coronavírus, Made in China: quando a globalização se torna um perigo mortal”. A foto que acompanha a reportagem, mostra um homem chinês, vestido com uma roupa que o cobre dos pés à cabeça, usando um equipamento de proteção no rosto e olhando fixamente para o iPhone.

A imagem do homem com o olhar fixo no iPhone nos interessa não pela discursividade da origem do coronavírus, mas por ser uma imagem “situada” para pensar que, em contexto “normal”, poderia ser lida como experiências que achamos que irão melhorar a nossa vida cotidiana. No entanto, no contexto da pandemia da Covid-19, o que desejamos de forma imediata é que não sejamos contaminados por um vírus altamente mortal. Queremos estar protegidos de todo risco ou perigo de ser infectados ou possivelmente morrer, o que nos impele a aceitar as recomendações colocadas pela medicina sanitária, como também pela conformação da governamentalidade algorítmica, mesmo quando não nos damos conta disso.

A governamentalidade algorítmica é um conceito cunhado pela filósofa Antoniette Rouvroy em um trabalho com Thomas Berns (2018). As reflexões dos pesquisadores têm o objetivo de buscar comprovar a ideia de que, atualmente, está em processo a instalação de um tipo completamente novo de governamentalidade que não se fundamenta tanto na lei ou na disciplina, mas sobre a otimização algorítmica dos comportamentos das relações sociais e da própria vida dos indivíduos. Mas quem é o sujeito da governamentalidade algorítmica?

O sujeito da governamentalidade algorítmica é, cada vez mais, tomado pelo ‘poder’, não através de seu corpo físico, nem através de sua consciência moral -presas tradicionais do poder em sua forma jurídico-discursiva, mas através dos múltiplos ‘perfis’ que lhe são atribuídos, frequentemente de maneira automática com base nos traços digitais de sua existência e de suas trajetórias cotidianas[digitais] (ROUVROY; BERNS, 2018, p.117-118).

Com efeito, a especificidade da governamentalidade algorítmica reside no fato de que se baseia não mais sobre normas impostas pelo Estado. Seu fundamento está nos inúmeros vestígios numéricos de nossas atitudes e comportamentos que constantemente proliferam no mundo digital e são capturados por câmeras de vigilância. A China instituiu uma operação no controle dos corpos pelo uso da vigilância digital, mas também pela contínua e massiva colheita de *big data* para garantir que os cidadãos não se infectassem. Nesse sentido, vale a pena citar um longo trecho de Han para se compreender exatamente do que estou falando:

Toda a infraestrutura para a vigilância digital se mostrou agora extremamente eficaz para conter a epidemia. Quando alguém sai da estação de Pequim é captado automaticamente por uma câmera que mede sua temperatura corporal. Se a temperatura é preocupante, todas as pessoas que estavam sentadas no mesmo vagão recebem uma notificação em seus celulares. Não é por acaso que o sistema sabe quem estava sentado em qual local no trem. As redes sociais contam que estão usando até drones para controlar as quarentenas. Se alguém rompe clandestinamente a quarentena um drone se dirige voando em sua direção e ordena que regresse à sua casa. (HAN, 2020).

A partir de todos esses dados distintos e causalidade independentes, os algoritmos constroem uma pontuação de risco baseada em uma lógica puramente estatística. Qualquer coisa pode ser considerada como um atributo que contribui para a pontuação de risco. Uma vez detectados os sinais, “a pessoa em questão será tratada como se já tivesse contratado o risco ou já tivesse ‘atualizado’ o perigo, e poderá então, por exemplo, ter seu seguro de vida cancelado” (ROUVROY, 2020, p.19). O caso do seguro cancelado não diz apenas sobre a virada algorítmica, mas sobre um sintoma hegemônico do capitalismo neoliberal. É preciso sinalizar que a filósofa não está fazendo referência ao contexto da China, mas acredito que é possível fazer a transposição para a análise aqui desenvolvida.

Em mais uma passagem de Han, pode-se ressaltar situação análoga:

Em Taiwan, o Estado envia simultaneamente a todos um SMS para localizar as pessoas que tiveram contato com infectados e para informar sobre os lugares e edifícios em que existiriam pessoas contaminadas. Já em uma fase muito inicial, Taiwan utilizou uma conexão de diversos dados para localizar possíveis infectados em função das viagens que fizeram. (HAN, 2020).

Apesar de Han não apresentar uma visão crítica do processo de algoritmização da vida em contexto pandêmico, considero fundamental entender que a operação acima descrita pelo autor não pode ser lida apenas pela lente objetiva de “benefícios” para a população a partir da ideia de promessas de eficiência e rapidez de um mundo extremamente conectado. Deve-se entender que é preciso realizar a crítica sobre o perigo que um sonho de “controle inteligente”, efetuado por algoritmo, representa para a nossa liberdade. Ainda na trilha do filósofo Byung Chul Han, ressalto um trecho significativo de sua argumentação:

Na Coreia quem se aproxima de um edifício em que um infectado esteve recebe através do “Corona-app” um sinal de alerta. Todos os lugares em que infectados estiveram estão registrados no aplicativo. Não são levadas muito em consideração a proteção de dados e a esfera privada. Em todos os edifícios da Coreia foram instaladas câmeras de vigilância em cada andar, em escritório e em cada loja. É praticamente impossível se mover em espaços públicos sem

ser filmado por uma câmera de vídeo. Com os dados do telefone celular e do material filmado por vídeo é possível criar o perfil de movimento completo de um infectado. São publicados os movimentos de todos os infectados. Casos amorosos secretos podem ser revelados. (HAN, 2020).

Nesse ponto, pode-se considerar que a interlocução com Antoniette Rouvroy e Thomas Berns (2018) ajuda a entender que estamos sob a égide do “novo regime de verdade digital [que] se encarna numa multiplicidade de novos sistemas automáticos de modelização do social” (ROUVROY; BERNNS, 2018, p. 107). Na perspectiva dos autores, esse “regime de verdade digital” é nomeado de “governamentalidade algorítmica [que] não traduz nenhuma subjetivação, e evita os sujeitos humanos reflexivos, ela se alimenta de dados ‘infraindividuais’, para criar modelos de comportamento” (ROUVROY; BERNNS, 2018, p.116), para serem úteis no controle dos corpos no horizonte do coronavírus.

Por fim, ainda recorro a Han (2020) quando afirma:

Nos escritórios do Ministério da Saúde coreano existem pessoas chamadas ‘*trackers*’ [rastreadores] que dia e noite não fazem outra coisa a não ser olhar o material filmado por vídeo para completar o perfil em movimento dos infectados e localizar as pessoas que tiveram contato com eles. (HAN, 2020).

Esse fragmento nos remete a Foucault (2001) quando diz que a intervenção dos seres humanos no ambiente constitui um tipo específico de governamentalidade a que ele chama de ‘ambientalidade’. Ele explicita que “a população será o objeto que o governo deverá levar em consideração em suas observações, em seu saber, para conseguir governar efetivamente de modo racional e planejado” (FOUCAULT, 2001, p.290). A constituição de um saber de governo é indissociável da constituição de um saber sobre todos os processos referentes à população sob risco de contágio do coronavírus na segunda década do século XXI.

Penso que aqui cabe uma indagação, como nomear o modelo de combate da Covid-19 no Brasil? Digo que não tenho a pretensão de produzir uma resposta, mas penso que a cosmovisão do Ailton Krenak (2020) ajudaria a compor a reflexão, isso porque uma das ideias mais contundentes do pensador indígena diz respeito ao conceito de humanidade. No livro *A vida não é útil*, lançado em plena pandemia, afirma que “ninguém mais presta atenção no verdadeiro sentido do que é ser humano [...] de modo que há uma sub-humanidade que vive numa grande miséria, sem chance de sair dela – isso [...] foi naturalizado” (KRENAK, 2020, p.80). Ele mostra que o “vírus está discriminando a humanidade. [...] A natureza segue. O vírus não mata pássaros, ursos, nenhum outro ser, apenas humanos. Quem está em pânico são os

povos humanos e seu mundo artificial, seu modo de funcionamento que entrou em crise” (KRENAK, 2020, p.81), devido ao consumismo desenfreado.

O indígena alerta que precisamos rever nosso modo de estar no mundo e conclama: “temos que abandonar o antropocentrismo. Desde pequenos, aprendemos que há listas de espécies em extinção. Enquanto essas listas aumentam, os humanos proliferam, destruindo florestas, rios e animais. Somos piores que a covid-19” (KRENAK, 2020, p.81-82). Ao fazer essa afirmação, ele está problematizando a forma como vivemos na sociedade capitalista. Em suas palavras, “vivemos uma abstração civilizatória” (KRENAK, 2020, p.82) que suprime a diversidade e nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos.

Considerações Finais

Neste artigo, propus mostrar como o contexto pandêmico pode ser compreendido pela via de aproximação do campo teórico da filosofia. O ponto de partida foi o artigo do filósofo Byung-Chul Han, publicada em 2020. Busquei compreender como ele sumarizou o *modus operandi* específico no controle da Covid-19 nos diversos países europeus e na China. A perspectiva de Han possibilitou-me traçar a escrita, esquematicamente, para pensar a pandemia da Covid-19 como evento entre dois modelos: o modelo soberano europeu e o modelo algoritmo asiático, mas concebendo que tais modelos de combate à Covid-19 não constituem um bloco monolítico para pensar as estratégias em outros lugares do mundo, por entender que as realidades e o contexto pandêmico foram diversos.

Nesse sentido, sintetizei a reflexão em dois achados: no primeiro, procurei ficar atenta para o uso da noção de “soberania” a fim de evitar a rubrica de um conceito geral para abarcar comunidades humanas diversas. Evitei produzir uma análise com a possibilidade de escolher entre os dois modelos, o europeu e o asiático, mas procurei entender, a partir de estudos foucaultianos, como as epidemias dos últimos séculos nas Nações da Europa fecharam suas fronteiras e impuseram o isolamento social a seus cidadãos. Nas situações pandêmicas, esses países utilizaram a transposição e a radicalização de técnicas de controle biopolíticas, que, ao lado da soberania, passam a ter como alvo direto o corpo social.

No segundo, mostrei como o modelo algorítmico asiático operou na captura de dados, lembrando que o vocábulo *Data*, em latim, significa algo já dado, já recebido. Dados são fontes de informação, e é isso que permite que o modelo algoritmo esteja em toda parte e comungue com a digitalização da vida. Em contexto pandêmico, os dados adquirem um novo sentido – ou seja, informação computacional – que não é mais dado a partir de fora, mas produzido e

modulado por seres humanos, como vimos na figura dos “*trackers*” (rastreadores humanos), funcionários dos escritórios do Ministério de Saúde coreano, como relata Han. A vigilância digital, tanto pela estratégia do reconhecimento facial quanto pelo uso do *drone* para o controle dos corpos em quarentena, parece-me que produziu a “verdade digital” instituída pela governamentalidade algorítmica e, com isso, alcançou níveis mais altos de “precisão” em termos de previsibilidade para operar no controle dos corpos, em determinado tempo e espaço asiático.

Por fim, indago como nomear o modelo de controle da Covid-19 no Brasil? Sem postular uma resposta, busquei as reflexões de Ailton Krenak e mostrei a sua cosmovisão crítica do mundo, ao considerar que, durante anos, fomos embalados com a história de que somos a humanidade, sem nos darmos conta de problematizar “de que humanidade estamos falando”. Para o pensador indígena, somos como zumbis que, por muito tempo, ficamos vagando pelo mundo, alienados do organismo Terra, do qual fazemos parte. Ao fazer afirmações contundentes de que “somos piores que a covid-19”, essa visão de Krenak reforça o aqui exposto no sentido de que pensar a pandemia como um evento significa entender as eclosões inesperadas capazes de fundar novas narrativas do tempo histórico capitalista. É justamente sobre isso que o texto de Krenak nos adverte e ajuda a entender a pandemia no Brasil.

Referências

BUTLER, J. El capitalismo tiene sus límites. *Sopa de Wuhan: Pensamento contemporâneo em tempos de pandemias*, 19 mar. 2020. Disponível em: <https://dialektika.org/wp-content/plugins/algordi-pdf-viewer/dist/web/viewerhtml?file=https%3A%2F%2Fdialektika.org%2Fwp-content%2Fuploads%2F2020%2F04%2FSopa-de-Wuhan-ASPO.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

CORONAVÍRUS, Made in China: Quando a globalização se torna um perigo mortal. *Der Spiegel*, 31 jan. 2020.:

FOUCAULT, M. A governamentalidade. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2001. p.277-293.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, M. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 42.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

HAN, B. O coronavírus de hoje e o mundo de amanhã. *El Pais Brasil*, 22 mar. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/ideas/2020-03-22/o-coronavirus-de-hoje-e-o-mundo-de-amanha-segundo-o-filosofo-byung-chul-han.html>. Acesso em: 25 mar. 2022.

HARTOG, F. Desordem no presenteísmo: o tempo da Covid-19. *Revista Comunicação e Memória*, n.1, p.9-14 mar. 2021. Disponível em: https://revistacm.memoriadaeletricidade.com.br/uploads/Revista_Comunicacao_e_Memoria_ano_01_mar_01_pdf_2898419278.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

HUK, Y. *Tecnodiversidade*, São Paulo: UBU, 2020.

KRENAK, A. *A vida não é útil*. São Paulo, Companhia das letras, 2020.

LOCKDOW é eleita a palavra do ano 2020 pelo dicionário Collins, em 10/11/2020. *Portal G1*, 10 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educação /noticia/2020/11/10/lockdown-e-eleita-a-palavra-do-ano-2020-pelo-dicionario-collins. ghtml>. Acesso em: 4 fev. 2023.

MATOS, A. S. M. C; COLLADO, F. G. *O vírus como filosofia: a filosofia como vírus*. São Paulo: GLAC, 2020.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: N-1, 2018.

ORGANIZAÇÃO Mundial de Saúde decreta pandemia do novo coronavírus: saiba o que isso significa. *Veja Saúde*, 11 mar. 2020. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/oms-decreta-pandemia-do-novo-coronavirus-saiba-o-que-isso-significa/>. Acesso em: 15 ago. 2020

ROUVROY, A. Governamentalidade algorítmica e a morte da política. *Revista Filosofia Moderna e Contemporânea*, Brasília, v.8, n.3, p.15-28, dez. 2020.

ROUVROY, A; BERNS, T. Governamentalidade algorítmica e perspectiva de emancipação: o díspar como condição de investigação pela relação? In: BRUNO, Fernanda et al. *Tecnologia da vigilância: perspectiva da margem*. São Paulo: Boitempo, 2018. p.107-139.

SANTOS, R. E. Epidemia, controle e vigilância: das quarentenas analógicas à quarentena digital. *Voluntas: Revista Internacional da Filosofia*, Santa Maria-RS, v.11, n. 33, p.1-12. 2020.